

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.418 - MG (2019/0289836-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : WANDERSON PRATES OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : EULER GONÇALVES DA SILVA - MG105739
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WANDERSON PRATES OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 36):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - NEGATIVA DE AUTORIA - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES NOS AUTOS - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - CIRCUNSTÂNCIAS QUE NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA-ARGUMENTO IMPROCEDENTE.

I. Não é possível, na via estrita do *habeas corpus*, o confronto das provas para se aferir a inocência do paciente, posto tratar-se de matéria de mérito que deve ser enfrentada na sentença, após regular instrução do processo.

II. Existindo nos autos fortes indícios de autoria e comprovada a materialidade do gravíssimo crime de roubo, a prisão preventiva, medida de exceção, mostra-se necessária para garantir a ordem pública e reprimir a prática de delitos constantes nos grandes centros urbanos.

III. Os atributos pessoais do paciente não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar.

IV. O princípio da presunção da inocência não influi na análise da necessidade da manutenção da prisão cautelar, mas apenas impede a antecipação dos efeitos da sentença.

O recorrente foi preso em flagrante, posteriormente convertida a prisão em preventiva, pela prática do crime tipificado no art. 157, §2º, I, II e V do Código Penal.

O *habeas corpus* impetrado no Tribunal local foi denegado.

Daí o presente *writ*, em que o recorrente argumenta, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, inidoneidade dos fundamentos da prisão e possibilidade de adoção de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 8-9):

Passo à análise da necessidade de manutenção da segregação e constato a existência de peculiaridade que impede excepcionalmente sua conversão em liberdade provisória, ao menos à luz dos elementos de informação reunidos no expediente.

No caso em tela, os autuados foram presos pela prática, em tese, do delito previsto no art.157, §2º, inciso I, II e V, do Código Penal.

Acresce-se, ainda, que após apreciação dos elementos de informação reunidos pela d. autoridade policial, observo que:

a) Constam dos autos indícios suficientes de materialidade e autoria para o fim de análise da adequação, necessidade e proporcionalidade estrita da prisão, até porque os autuados confessaram a prática do crime de roubo, tendo sido surpreendido, logo depois, na posse dos objetos subtraídos;

b) os fatos em apuração revestem-se, em seus contornos concretos, de extrema gravidade, tendo em vista que os elementos de informação trazidos ao conhecimento do Juízo sugerem que o delito foi cometido em concurso de agentes, com arma de fogo e com violência psicológica contra a vítima;

c) consta Informações de que os conduzidos Klelton Daniel Geraldo de Aquino e Antônio Carlos de Freitas possuem mandado de prisão em aberto, referente a processos em trâmite na Comarca;

d) de acordo com a FAC e CAC colacionadas ao expediente, observo que os conduzidos possuem diversos apontamentos;

e) o delito em apuração é abrangido pelo permissivo excepcional do art. 313, I, do CPP e veio a ser praticado com violência física e psicológica contra a pessoa da vítima.

Assim, neste contexto e diante do exposto, verifico que a fixação de medidas cautelares diversas da prisão (art.319, do CPP) se tornarão completamente inócuas.

Tais elementos de informação acabam por traçar quadro fático provisório que se configura incompatível com a manutenção da liberdade dos segregados no curso da instrução do inquérito, pois constituem indicativos de periculosidade e, assim, atestam a existência do *periculum libertatis*, a justificar a medida extrema consistente na segregação cautelar preventiva como meio de garantir

Superior Tribunal de Justiça

da ordem pública e aplicação da lei penal.

Por consequência, com amparo no art. 310, II, do CPP, converto a segregação de Wanderson Prates Oliveira, Kleiton Daniel Geraldo de Aquino e Antônio Carlos de Freitas em prisão preventiva para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

Como se vê, a necessidade da prisão foi justificada com fundamento na gravidade concreta do crime, *tendo em vista que os elementos de informação trazidos ao conhecimento do Juízo sugerem que o delito foi cometido em concurso de agentes, com arma de fogo e com violência psicológica contra a vítima*. Ressaltou-se também o risco de reiteração delitiva, uma vez que, *de acordo com a FAC e CAC colacionadas ao expediente, observo que os conduzidos possuem diversos apontamentos*.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade dos acusados, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

A jurisprudência desta Corte Superior também é pacífica no sentido de que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, como no caso dos autos. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então

Superior Tribunal de Justiça

garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

